

*A Gramática Pedagógica do Português
Brasileiro de Marcos Bagno.
Alguns apontamentos portugueses.*

Fernando Venâncio
Universidade de Amsterdam

Publicado em: Carlos Alberto Faraco e Francisco Eduardo Vieira da Silva, *Gramáticas Brasileiras: Com a palavra, os leitores*, São Paulo, Parábola, 2016, págs. 93-111

Há uns tempos, um papa justificadamente inquieto denunciava o escândalo de bispos passarem muito tempo a viajar. Em *sites* brasileiros, podem ainda ler-se os termos do aviso: «Vocês estão casados com a comunidade, estão profundamente entrelaçados a ela. Peço que permaneçam com o povo». A agência noticiosa oficial portuguesa, Lusa, difundia assim a papal advertência: «Estais casados com a vossa comunidade, profundamente ligados a ela. Peço-vos que permaneçam entre o vosso povo». Pouquíssimos portugueses se aperceberão, nestas últimas frases, de qualquer incoerência. Mas, por essa mesma altura, certa firma brasileira em que fiz uma reserva, tratava-me, num *mail* de três linhas, sucessivamente por *tu* («como te expliquei»), por *você* («para você fazer») e por *o senhor* («o que o senhor fez»). Foi para explicar estes e outros intrigantes fenómenos que o linguista Marcos Bagno redigiu as mais de mil páginas da sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*.

No Brasil, a problemática em causa recebe o nome de «mistura de tratamento» e é encarada com geral circunspeção. A veemência do debate brasileiro deve-se a que esses desempenhos, objectivamente 'incoerentes', mas correntíssimos na linguagem espontânea das classes urbanas e cultas, são objecto de obstinada reprovação por parte dos defensores do 'bom dizer'. Apelam eles para uma norma de correcção límpida e incontestável, da qual afirmam, ou sugerem, que gozaria de sólido vigor além-mar, algures no sudoeste da Europa. Curiosamente, também a *Gramática* de Marcos Bagno, increpando com violência inaudita essa fixação ultramarina, promove o português europeu a privilegiado, embora negativo, interlocutor.

Pois bem: enquanto os polícias do idioma, ao fabricarem longínquos idílios, laboram em nítido equívoco, o diligente gramático desestima aliados mais que potenciais. Sublinhando a inovação gramatical como marca brasileira, sugerindo que o português europeu se rege monotonamente pela velha cartilha, Marcos Bagno corre o risco de, afinal, ratificar a imagem abusiva, idealizadora, e factualmente oportunista, que os «puristas empedernidos» brasileiros alimentam. Deste estranho paradoxo me ocuparei nestas páginas.

1. A «mistura de tratamento»

A designação de «mistura de tratamento», muito corrente em contexto brasileiro, é de teor negativo. Manejam-na, diz Marcos Bagno, os «gramáticos normativos» e, sobretudo, «autores de livros didáticos». Mas trata-se, afirma, de um «fantasma», uma vez que «é inútil querer impor formas que não são seguidas por absolutamente ninguém que fala o PB». Num exemplo simples: a coexistência de *você* e *te* em «Você sabe que eu te amo» merece ser considerada «normal, usual, natural» (cf. págs. 756-760).

No contexto português europeu, a noção de «mistura de tratamento» é praticamente desconhecida. Se uma pesquisa no Google 'brasileiro' produz mais de 300.000 resultados, o 'português' não desvela uma única ocorrência. No entanto, a realidade é, aí, igualmente complexa e pelo menos tão vistosa.

Certo: a 'mistura' europeia não sobrepõe as áreas de *tu* e de *você*. Sobrepô-las é, até, pragmaticamente impensável. O tratamento por *você* é formal, distante, e tem nítida contiguidade com o de *o senhor / a senhora*. É entre estas duas áreas que se observam resvalos, fórmulas de transição, como o designar do interlocutor pelo seu nome («A Sónia também vai?»), pelo parentesco («Trouxe isto para o pai») ou pelo título («A senhora doutora já não me conhece...»). Em caso extremo, *você* pode mesmo alternar com *Vossa Excelência*, como se via numa carta aberta a certo gestor no *Expresso Diário* de 30.6.2014. Compreende-se, assim, que a passagem ao *tu*, terreno da intimidade, constitua sempre um acto abrupto, único, prenhe de significado.

Onde a incoerência se instalou, no português europeu, foi no plural de segundas pessoas. Com efeito, a drástica redução nos usos de *vós* sujeito, gradualmente substituído por *vocês*, não retirou de circulação o clítico

vos, o possessivo *vosso*, o composto *convosco*, e mesmo seqüências como *para vós* ou *por vós*.

Hoje, o uso consistente de *vós* sujeito plural está confinado às províncias do Minho e do Douro, no noroeste português, de resto densamente povoado. Fora desse território, o uso é esporádico, e de cunho marcadamente formal, sendo certamente desincentivadora a complexidade das formas verbais. O seu domínio pode considerar-se, até, socialmente perdido. Dois exemplos o ilustram, ambos de 1990, no conceituado semanário *Expresso*, de autores diferentes: «Pois *creis* vós, Casaroli, que um alucinado possa chegar a primeiro-ministro?», «Não *vos esqueceis* que somos os únicos detentores do segredo da poção...». Os contextos são jocosos, mas nada indica que essas formas devessem servir tal propósito.

Verdade é que, no período que se seguiu à revolução democrática de 1974, conhecida como o '25 de Abril', foi ensaiada por dirigentes militares e políticos uma revitalização de *vós* sujeito. Motivo: o tratamento das massas por *vocês* não soava suficientemente respeitoso. Sim, um povo 'como este nosso' merece *vós*. Só que esse plano (de resto, difuso) era irrealizável. Já poucos oradores estavam seguros dos seus verbos. Resta, hoje, escassa documentação dessas intervenções ao vivo, mas pode supor-se um reiterado recurso à terceira pessoa verbal.

Tudo indica que, actualmente, a quebra entre *vós* e as suas formas verbais está, para a generalidade dos falantes, consumada. No romance *Elemento Alpha* (2013), de Helder Medeiros, uma personagem afirma de determinada situação: «Estou certa que todos *vós regressarão* para apreciá-la». Na sua despedida do canal televisivo SIC, em Março de 2014, o apresentador Mário Crespo prometeu guardar memória dos colaboradores de redacção. E prosseguiu: «Nunca *os* esquecerei. Nem a todos *vós* que *estão* do lado de lá dos microfones e câmaras. Foram *os senhores e as senhoras* que me *permitiram* os momentos mais conseguidos e me *toleraram* os menos conseguidos». Mais recentemente, um dirigente político, Fernando Seara, numa alocução a aspirantes do partido (os chamados «jotas»), dava exemplo dessa mistura: «Jotas, *estão* todos *vós* no meu coração».

Mesmo sem esta brutal convivência de *vós* sujeito com formas a ele alheias, o hibridismo morfológico, neste terreno, tornou-se moeda corrente em Portugal. A própria cena literária o atesta. No volume de poesia *Convida-me só para jantar* (1977), de Ana Goês, lia-se: «Não *pensem* que *vos* ponho nus / isso era o que *vocês queriam* / meus

'playboys' / (...) mas em cuecas e em meias / meus pobres senhores / não *passais* de mesquinhos seres humanos / que *tendes* úlceras / e *arrotais*». E outro poeta, António Rua, escrevia em *Prazeres proibidos* (1984): «Por favor, *sede* belos / não me *esperem* à hora certa».

O romance a duas mãos de Mário de Carvalho e Clara Pinto Correia, *E se tivesse a bondade de dizer porquê?* (1986), continha esta passagem: «Falou numa vozinha muito mais vibrante do que as *vossas*, mesmo ao alcance do nosso espectro... e desmascarou-*vos*! Agora sabemos onde *estão*. E digo-*vos* mais: *estão* metidos num bom sarilho». Num dos contos de *Gente melancolicamente louca* (2015), de Teresa Veiga, uma directora de internato faz uma longa prelecção às educandas, de que se extrai o seguinte: «Mas, *deviam* estar a interrogar-se *vocês*, qual o objectivo da senhora ao querer saber das *vossas* preferências e habilidades? [...] Ou será que numa visão puramente pragmática ela pretende avaliar qual a *vossa* utilidade específica e perceber o tipo de serviços que *podereis* vir a prestar-lhe? [...] Vou-me deitar e aconselho-*as* a fazer o mesmo. Desejo-*vos* uma boa noite e bons sonhos».

Estas passagens de ficção reproduzem, decerto, a fala de personagens. Os seus autores são, eles mesmos, tidos por exemplarmente vernáculos. Tanto mais eloquentes, pois, as misturas como aquela que achamos num recente livro (*Quem disser o contrário é porque tem razão*, 2014) de Mário de Carvalho, um dos mais reputados autores da actualidade. Referindo a educação dos jovens espartanos, que incluía uma escassa alimentação, ele cita esta admoestação dos educadores locais: «*Roubem*, mas ai de *vós* se *fordes* apanhados».

Um passo em falso? Assim o considerou o bloguista Helder Guégués, autor do inestimável *Linguagista*, consultado por um leitor. «Está errado», responde. «Eu sei que as formas erradas são em muito maior número, mas, ainda assim, quem quiser acertar pode optar por uma de duas redacções: 1. "Roubem, mas ai de *vós* *vocês* se forem apanhados." 2. "Roubai, mas ai de *vós* se *fordes* apanhados"» (3.12.2014).

Ao afirmar serem as «formas erradas» muito frequentes, Helder Guégués confirma a percepção de outros colegas de ofício. Só que, na resoluta denúncia de tais 'erros', o bloguista encontra-se, hoje em dia, bastante desacompanhado.

O portal *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, importante consultório linguístico e centro de

documentação, criado pelo jornalista José Mário Costa, e activo desde 1997, veio ilustrando uma atitude de crescente conformação com o estado de coisas. Assim, em 1998, o colaborador F. V. Peixoto da Fonseca, perguntado sobre se o título dum artigo de revista «Pais, olhem pelos seus filhos» não deveria antes dizer «Pais, olhem pelos vossos filhos», condena terminantemente a segunda redacção. De igual parecer se mostra o colaborador J.N.H. numa consulta em 2000. Mas já em 2003 Peixoto da Fonseca informa que, diferentemente de «até há pouco tempo», a conexão de *vos* e *vosso* a *vocês* merece tolerância. Nesse mesmo ano, A. Tavares Louro tem esta arguta explicação para o fenómeno: «*Vosso, vossa, vossos, vossas* deveriam ter caído em desuso para aqueles que não usam a segunda pessoa do plural, mas, como estas palavras são reconhecidamente cerimoniosas, muitos falantes usam-nas mesmo quando tratam os interlocutores na terceira pessoa». E acrescenta que isso é de tal modo frequente que numerosos falantes estranhariam que se chamasse «a sua casa» à moradia de dois interlocutores. Em 2006, já o colaborador Carlos Rocha ensina, taxativo: «Embora muitos gramáticos não aceitem *vosso* como possessivo de *vocês*, o certo é que este uso está de tal modo generalizado, que parecerá afectado dizer "Deixem aqui as suas malas" em vez de "Deixem aqui as vossas malas"». E diz confiar em que dentro de décadas estes usos «sejam aceites pela norma europeia». Em 2007, Sandra Duarte Tavares constata: «Em português europeu, tem-se verificado uma preferência generalizada do possessivo *vosso/a* para o pronome *vocês*». E, no ano seguinte, Nuno Carvalho escreve: «Frases como "Vocês fizeram o *seu* trabalho de casa" são hoje vistas pelos falantes como frases estranhas». Em suma: dez anos bastaram para o *Ciberdúvidas* dar por adquirida a conexão *vocês* e *vosso*.

Este influente portal não estava sozinho. Em 2007, na secção de «Dúvidas Linguísticas» do portal da Priberam (produtora do corrector ortográfico e sintáctico FLiP, comercializado também no Brasil), escrevia a colaboradora Helena Figueira, sobre a «utilização do pronome de segunda pessoa *vosso* no contexto de um tratamento por *vocês*», ser ela «muito comum» e «cada vez mais aceite». No ano anterior, Cláudia Pinto, respondendo a um pedido de explicação, escrevera: «Como a ideia de tratamento de 2ª pessoa está muito presente nos falantes, a tendência é usar [com *vocês*] o pronome oblíquo *vos* correspondente à 2ª pessoa e não o pronome *lhes*».

Afinal de contas, já em 2001 o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia de Ciências de Lisboa, declarava *vos* e *vosso* pertencentes ao contexto tanto de *vós* como de *vocês*. Assinalava-se, sim, para este último caso, que o emprego de *os/as*, *lhes* e *seu/sua* se inseria num «uso purista da língua». O que o Dicionário não refere é que *vosso* é, também, o mais corrente possessivo de *os senhores / as senhoras*.

De resto, já em 1996 o linguista João Andrade Peres, da Universidade de Lisboa, declarava: «A convenção de estrita concordância morfológica em pessoa está definitivamente abalada». E ajuntava: «Curiosamente, são já as formas canónicas que surgem como quase agramaticais aos ouvidos do falante comum».

Marcos Bagno escreve na sua *Gramática*: «Em Portugal, é comum o uso de *vos* e de *vosso* quando o tratamento empregado é *vocês*, no plural. Mas esse é um uso dos portugueses, que falam outra língua, e não há por que imitarmos eles, principalmente nas hipercorreções!» (pág. 969). É, efectivamente, um uso dos portugueses, falem eles, ou não, «outra língua». Só que, mais que uma hipercorreção, aqui se dá a convivência, pacífica, e mesmo saudável, de dois estados de língua. Tal como no caso brasileiro de *você*, *te* e *teu*.

Mais curiosa é a insistência com que Bagno lança a forma *vós* sujeito para os cafundós da História. Os termos são retumbantes, apocalípticos: «deixou de ser usado há cerca de trezentos anos» (pág. 206), «não é empregado em absolutamente nenhum lugar do planeta Terra onde se fala português» (pág. 542), «desapareceu da face da Terra» (pág. 745), «não existe mais em nenhum lugar do mundo onde se fala português» (pág. 968). Teria o gramático em mente um *vós* de interlocutor único, no que teria decerto razão? Facto é que, no português europeu, um *vós* plural continua de uso diário no território noroestino referido e goza ainda, como dito, de razoável utilização, no resto do país, em contextos cerimoniais. Fica o intrincado problema das formas verbais.

2. Outras questões pronominais

Ninguém conseguirá que uma sociedade que diz «Você viu ela?» passe a dizer «Viste-a?». Não existe maneira de retroceder no processo. Nisto tem Marcos Bagno a razão por inteiro: o corte com uma gramática de tipo europeu é já profunda e é irreversível. No máximo, e com algum

esforço, poderá manter-se, para «Vi ele chegar», a alternativa «Vi-o chegar» (cf. pág. 991).

E, contudo, os usos europeus, privilegiando «Vi-o chegar», admitem igualmente «Vi ele chegar». Sem dúvida: nunca um falante português, usando a forma recta como clítico, diria «Vi ele». Acontece é que, na sua gramática, esse falante realiza a seguinte análise: «Vi | ele chegar», ou «Vi | ele a chegar». Nesta análise, o pronome recto não é um clítico, e antes o sujeito de uma frase integrante.

Um mini-inquérito que conduzi entre falantes cultos portugueses sobre este tipo de construções deu um singular resultado. Terminantemente negaram a sua aceitabilidade, sugerindo um ou outro que, a usarem-se, seria por influência brasileira. Isto mostra a que ponto uma vigilância linguística pode ver-se exacerbada. Com efeito, esta sintaxe mantém, em português europeu, uma assinalável frequência, inclusive em desempenhos cuidadosos.

No romance *O Vale da Paixão* (1998), de Lídia Jorge, lemos: «Eu, então sua sobrinha, ouvia tudo, e nunca *ouvi ele dizer* que a casa de Francisco Dias era um império de pedras». No volume de contos *O belo adormecido* (2004), da mesma autora, deparamos com isto: «Eu *vi eles a rirem* para ela, e *ela a rir-se* para eles». Noutros contextos, e ainda numa busca por *ver* + pronome recto, encontramos: «Os autocarros eram mesmo em frente ao Comando, por isso da janela *vi ele a ir* para lá» (texto de bloguista), «Eu *vi ele a ler* as quase 400 páginas de conclusões» (publicidade do *Expresso*), «Olhei para ela e *vi ela a pegar* no meu carregador» (tradução), «Ai, não têm culpa? Então eu não *vi elas a rirem-se?*» (texto de bloguista).

Numa resposta no *Ciberdúvidas*, em 1998, eram dadas como «aceitáveis» as frases: «Vi ele a passear com a mulher», «Vi ele passeando com a mulher» e mesmo «Vi ele aborrecido com o irmão».

Mas há mais. Numa linguagem radicalmente informal, é tudo menos raro acharmos o simples pronome recto acusativo. O *Corpus Dialectal* (CORDIAL) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa mostra algumas ocorrências esclarecedoras. Quatro exemplos: «Assim, *mexem ele* para um lado e para o outro e aquilo fica (...) tudo juntinho, (...) tudo numa bola», «Tinha-se um barco (...) de apoio para rebocar as baleias, para *trazer elas* para a fábrica», «Alguns deitavam um pássaro cá em baixo, ou morto, ou *amarravam ele lá*», «Ah, a gente compreende, pois. A gente *compreendemos*

ele bem». Nestes casos, pode supor-se que a complexa morfossintaxe canónica (*mexem-no, trazê-las, amarravam-no, compreendemo-lo*) convida eficazmente a realizações rectas.

Mais largamente aceite no português europeu é o uso de *a si, de si, para si* e *consigo*, sem valor reflexo, no contexto de *você* e *o senhor / a senhora* ou de quaisquer fórmulas indirectas para designar o interlocutor único. Nas «Dúvidas linguísticas» da Priberam, dão-se disso, em 2006, exemplos como «Isto é para si», «Gosto muito de si e das suas aulas», «Falei consigo ao telefone». Nem sempre esses usos foram tão pacíficos. O bloguista Guégués relata, em 2011: «É idiotismo nosso, sem dúvida, mas umas épocas antes os professores de Português tachavam esse uso sem valor reflexo de idiotia, de solecismo imperdoável».

Com efeito, em 1933, o académico português José Maria Rodrigues tinha-se visto obrigado a defender essa morfologia, num opúsculo intitulado *As frases do tipo 'Tenho dó de si', 'Vou consigo': a sua origem e legitimidade*. O estudo foi referido com aplauso por Antenor Nascentes no diário *A Manhã* em 1949. Aí escrevia o mestre brasileiro: «Tanto no Brasil como em Portugal, aparece e até em bons autores o *si* empregado não reflexivamente. Os gramáticos condenam. Digno ou não de se condenar, é um fato de língua». No Brasil, hoje, deixou de sê-lo.

3. A concordância mental

O verbo deve concordar em número com o sujeito. Parece óbvio. Marcos Bagno manifesta outro ponto de vista, que se promete estimulante. «Podemos levantar uma primeira objeção a essa fórmula», escreve. «O verbo é que *projeta* seus *valores* semânticos sobre os demais elementos da sintaxe para maior eficiência *discursiva* da sentença em que ele age como o núcleo» (pág. 647). E fornece numerosa exemplificação tanto actual como antiga. Infelizmente, não vemos desenvolvida a forte intuição inicial. Há um apelo ao «processamento cognitivo do falante» (pág. 649), que comandaria o «surgimento de novas regras» (pág. 652). Todavia, nada parece poder distinguir tais desempenhos de um tocante desleixo de revisão. Para repetir um exemplo de João de Barros: «Os povos destas ilhas *é* de cor baça e cabelo corredio».

Existe, sim, uma referência à investigação de Maria Marta Pereira Scherre que vem sugerir o comparecimento de um mecanismo de natureza mental. Informa-nos Bagno: «Outro fenômeno bem explicitado pela autora em suas pesquisas é a concordância que se faz no plural motivada pela presença de diversos sintagmas pluralizados entre sujeito e o verbo». Exemplo eloquente: «O preço médio das *casas vendidas* no mês passado *caíram* 13,3%» (da *Folha de S. Paulo*).

Esse mecanismo está longe de caracterizar o português brasileiro. Aflora em várias línguas do continente da Europa, e é corrente no português europeu. Alguns exemplos de teor culto: «Assegurar as condições internas de concretização *são* uma parte deste fardo» (Ministro das Finanças, entrevista televisiva, Julho de 2013), «O final do anos 90 já *pertencem* a outro tempo» (Henrique Raposo, *Expresso*, 10.5.2014), «A primeira volta de umas eleições presidenciais não *são* mais do que umas primárias» (Henrique Monteiro, *Expresso*, 26.3.2015), «Tudo o que é essencial nos serviços públicos *estão* em colapso» (notícia de jornal). A 'sombra' de um complemento plural pode projectar-se mesmo onde verbo e sujeito se tocam: «Recordo-o sempre assim, jovem, enérgico, disponível, campeão de ténis, amante de livros – nesses dias africanos nos quais se *condensam* toda a minha vida» (reportagem de jornal). De resto, também a presença de um elemento singular entre sujeito e verbo pode causar desequilíbrio: «As notícias sobre o risco da saída da zona euro por parte da Grécia não *tem* tido um impacto visível» (*Observador*, 17.4.2015). Anote-se que, no português europeu, *tem* e *têm* diferem na sonoridade.

A falta de concordância conhece ainda outro cenário: aquele em que nenhum antecedente poderia influir o verbo, já que é este a iniciar a cadeia de elementos-chave. Marcos Bagno dá exemplos: «como *prevê* os contratos», «como *testemunhou* os primeiros cristãos», «A cidade onde *surgiu* os jogos» (pág. 652). Nestas circunstâncias, o singular parece irromper como forma natural de um verbo cognitivamente 'independente', isto é, que se comporta como se qualquer concordância fosse redundante.

Realizações deste teor não são estranhas, elas também, ao português europeu. Eis algumas de recente época: «É para isso que *existe* a polícia e a Procuradoria-Geral da República. Ou não é?» (Vasco Pulido Valente, *Público*, 17.11.2013), «Talvez a *impacientasse* as janelas bloqueadas pelos ramos hirsutos dos arbustos» (Miguel Miranda, *A fome do licanthropo*, contos, 2014). O

surpreendente, aqui, é que os dois autores são justamente renomados pela sua vernaculidade. Vale aqui, para mais, a observação de Bagno de terem textos como estes passado pela revisão dos próprios autores e dos profissionais da publicação. E o diário *Público*, de que outras vezes se citará, é cotado em meios intelectuais e no professorado como 'jornal de qualidade'.

De tipo semelhante é a construção em «O Governo da Ucrânia parece já ter feito a sua escolha. *Falta* os ucranianos» (*Público*, 16.12.2013). Ela remete-nos para o funcionamento do verbo que Marcos Bagno designa por «impessoal-apresentacional», dando o exemplo de «*Chegou* os carros novos» (pág. 635).

O verbo pode, contudo, no português europeu, perder toda a independência e acabar refém de elementos subsequentes como se de sujeito seu se tratasse. É o que mostram frases como «A essa hora, *faltavam* ainda apurar 71 freguesias e 32 câmaras» (*Expresso*, 30.9.2013), «o suborno sistemático com que durante 40 anos se *pretenderam* ganhar votos» (Vasco Pulido Valente, *Público*, 25.4.2014), «É o espírito do Governo quando ainda *faltam* conhecer decisões importantes do Tribunal Constitucional» (*Público*, 31.5.2014). A sua gramaticalidade é, mesmo para o falante europeu, periclitante. Mas ela assenta no esquema mental que permite as construções habitualmente afixadas com a sequência «*Vendem-se casas*».

Advogando a solução brasileira de «*Vende-se casas*», Bagno chama, muito adequadamente, a atenção para a componente semântica aqui em jogo. Possuindo os verbos aí implicados o traço [+animado] e/ou [+humano], compreende-se que o falante («como excelente gramático que é») dê preferência a um sujeito indeterminado mas activo, expresso por *se* (cf. pág. 807), um passo que a gramática tradicional não dá, talvez refreada pelo cariz clítico do pronome (cf. pág. 816).

Diferente é a leitura dos linguistas portugueses João Andrade Peres e Telmo Mória, autores de *Áreas críticas da língua portuguesa* (1995). Distinguem eles

a) um «clítico *se* apassivante», que acompanha verbos transitivos no singular ou no plural («*Comprou-se* um livro encadernado», «*Compraram-se* vários livros para a biblioteca»),

b) um «clítico *se* impessoal», que só admite singular, mas acompanha verbos transitivos ou

intransitivos, em frases de sujeito indeterminado («*Cantou-se* a noite inteira», «*Vive-se* bem em países de clima mediterrânico»).

Os autores anotam que «alguns puristas» rejeitam o *se* impessoal singular em caso de verbos transitivos («*Ouve-se* ruídos durante a noite», «*Vende-se* casas»), só admitindo aí o plural («*Ouvem-se* ruídos durante a noite», «*Vendem-se* casas»). Eles próprios declaram aceitar as duas realizações, aduzindo também a «aceitação generalizada» de ambas por parte dos falantes.

O facto é que não faltam exemplos de realização singular, tanto em textos literários como na linguagem diária. Podemos citar: «Não se *calcula* os entraves que o pobre homem sofreu» (Fialho de Almeida, 1896), «*Ouve-se* as almas, como se fossem facas, afiarem no escuro» (Raul Brandão, 1917), «Crianças cor de lama e em cujo rosto se *surpreendia* as crateras da fome» (João de Melo, 1992), «Quando se *ouvia* os passos de um, adivinhava-se a proximidade dos passos do outro» (Lídia Jorge, 1998).

Na escrita jornalística, encontramos exemplos como «Enquanto se *aguarda* as opiniões dos craques», «de que se *destaca* as várias legislaturas como deputado», «em que se *incluía* as ilhas atlânticas», «de forma a que não se *ultrapasse* os três dias de prazo».

Esta morfossintaxe é, mesmo, muito corrente em receitas culinárias. Exemplo particularmente ilustrativo: «*Deve-se* usar luvas quando se *colhe* urtigas e logo de imediato separar as folhas dos caules. Depois, para que se possam utilizar, *lava-se* as folhas e *escalda-se* rapidamente em água a ferver temperada com sal» (*Público*, 23.3.2013).

Com pretexto no investimento semântico postulado por Bagno, permita-se um relato de experiência pessoal. Certo tradutor português denunciou, no Facebook, o nome de uma página de informação sobre achagues dorsais: *Dói-me as costas*. Ao laconicamente inquirir se não lhes doía antes a língua, tornava patente a exigência da solução *Doem-me as costas*. Em comentário, lembrei que o purismo é um pecado capital. Que as duas frases são legítimas, pois temos a percepção de *costas* como realidade una, tanto que uma afirmação como *Dói-me a costa* seria improcedente. O meu interlocutor não pareceu seguir o raciocínio, e contestou a minha suposta pretensão de declarar «legítimo» o que quer que fosse.

Recordei que os idiomas se utilizam de redundância, produzindo soluções alternativas, e mesmo

aqui ou ali algum ruído, alguma incoerência. Que não é a pura lógica, e antes a perspectiva, o que comanda o desempenho do falante. Isso era, achou o tradutor, a porta aberta para a «total arbitrariedade» no nosso idioma. E declarou-se «purista», o que constitui «para muita gente», disse, «um qualificativo benevolmente acusatório». Não acusei o toque, referi que onde ele supunha «arbitrariedade» outros viam «funcionamento», e recomendei-lhe o livro de Peres & Mória. Agradeceu, disse que o tinha, mas que a dose diária de sustos estava atingida.

O penoso entretém prolongou-se, tão-só para convencer-me (e provavelmente a ele também) da irredutibilidade das nossas percepções. Onde eu expunha factos de língua, percebia ele etapas de uma «argumentação» que não o «convencia». Uma moral para esta história: o diálogo entre gramáticos e puristas é tormentoso, e provavelmente infrutífero.

4. Estratégias copadoras e cortadoras

Marcos Bagno afirma que uma frase como «Cada um faz o que gosta» pode dispensar os «remorsos» de não ser formulada como «Cada um faz o *de* que gosta». Com efeito, é «frequentíssima» a supressão da preposição com os verbos *gostar* e *precisar* (pág. 914). O falante brasileiro reconfigura as estratégias tradicionais, produzindo sequências como «É um caso que todos estão interessados» (a estratégia cortadora) ou «Uma boa causa é aquela que você faz parte dela» (a estratégia copadora). Tudo isso, escreve Bagno, comprova que «a gramática do PB já é outra há bastante tempo, mas que o nosso ensino continua apegado a uma tradição gramatical que se inspira nos usos *literários, antigos e portugueses*» (pág. 916, cursivo no original).

É um facto: também os doutrinários do português europeu são reticentes a semelhantes desempenhos. Mas também aí as peças estão a mover-se. Nas suas *Áreas críticas*, Peres e Mória constataam a crescente frequência de frases do tipo de «A única zona da cidade *que* o povo tem algum orgulho *nela* é este jardim» ou «O general é o único político *que* a *sua* candidatura é praticamente certa», e dizem reconhecer-lhes uma correcção básica (cf. pág. 267). Contudo, acabam por declará-lo «anomalias», vendo uma em «O livro que eu escrevi o prefácio já foi publicado» (supressão de *de*), e duas em «... uma lei que o PCP contestou mas que hoje exige a sua aplicação» (a

supressão de *de* e o possessivo «redundante») (cf. págs. 317-318).

Em Portugal, a estratégia cortadora é encontrável mesmo nos textos mais monitorados. Alguns exemplos: «Uma realidade *que* a diplomacia portuguesa tem de dedicar todos os esforços» (editorial, *Público*, 12.4.2013), «Resta à APEL fazer votos *que* no próximo ano a Feira do Livro regresse à cidade com a qualidade e dignidade *que* já habituou os portuenses» (entrevista, *Público*, 19.4.2013), «O texto *que* os dirigentes do FC Porto não terão gostado foi publicado no dia...» (*Jornal «i»*, 2.4.2014), «Soares apenas esperava que Portugal tratasse Sócrates com a mesma impunidade *que* o trata a ele» (*Observador*, 27.11.2014), «Receio que as reacções sobranceiras, como as *que* assistimos, provoquem ainda mais reacções negativas antipartidárias» (*Expresso*, 26.3.2015).

Na expressão espontânea, essa estratégia cortadora é corrente. Comprovam-no as seguintes falas em entrevistas, relatos e debates televisivos: «É um processo judicial *que* ele está envolvido», «Foi um treinador *que* eu adorei trabalhar», «É uma reforma *que* eu concordo», «É um mar *que* normalmente eu pesco», «Como se pode ver nestes documentos *que* tivemos acesso», «São perguntas *que* aguardamos a vossa resposta», «*Que* belo jogo estamos a assistir!». E, numa telenovela do canal SIC, ouvia-se esta frase deliciosa, surpreendentemente ambígua: «Doutor, a senhora *que* está à espera já chegou».

Helder Guégués dá este exemplo de entrevista televisiva: «Não tenho uma visão maniqueísta: há coisas que concordo e coisas que discordo», e lembra que o fenómeno «está abundantemente estudado, sobretudo no Brasil» (10.5.2008). O bloguista cita Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, que, no opúsculo *Norma e Variação* (2007), informam: «Em 265 orações relativas analisadas em discursos de rádio, televisão e imprensa, 74 (portanto 28% do total) têm supressão da preposição pedida pelo verbo. [...] Esta alteração sintáctica aproxima as duas variedades do Português (Europeu e Brasileiro) numa questão que tem sido apresentada, nas gramáticas tradicionais, como uma das diferenças mais notórias entre ambas» (págs. 70-71).

Já as formulações de tipo copiador são menos frequentes. Mas uma entrevista futebolística fornecia esta ocorrência: «O Bruno é um homem *que* se pode contar com *ele*».

5. Português brasileiro, língua plena

A 24.10.2012, o diário português *Público* noticiava um insólito episódio ocorrido no Brasil: um lavador de automóveis em Alagoinhas, perto de Salvador, tinha aparecido vivo no seu próprio velório. Centremo-nos no ponto que interessa. A felicidade da mãe, manifestada aos meios de comunicação, aparecia assim expressa: «*Como é que uma mãe poderia ficar depois de lhe ter sido dito que o seu filho estava morto e depois o vê vivo?*». Esta fala, altamente estilizada mesmo para parâmetros europeus, é

de todo improvável no cenário relatado. E é-o tanto mais quanto a imprensa portuguesa tem por hábito reproduzir com fidelidade declarações brasileiras.

Falando à jornalista Isabel Lucas, no mesmo diário, a 3.4.2015, o professor e ensaísta Abel Barros Baptista, da Universidade Nova de Lisboa, admite que os portugueses lêem pouco os brasileiros. «Há preconceito e uma certa arrogância da nossa parte, mas também dos brasileiros em relação a nós. As duas línguas estão estruturadas autonomamente. [Os brasileiros] olham muitas vezes a nossa escrita como pedante e nós encaramos o à-vontade deles como ligeireza».

Falar em «as duas línguas» é grandemente incomum em contexto português, mas a ideia ganha terreno. Ivo Castro, professor da Universidade de Lisboa, considerado o mais importante linguista português da actualidade, exprime-o assim: «Portugal e Brasil prosseguem as suas respectivas histórias linguísticas, que se dirigem, tanto quanto é possível observar, para destinos diferentes». E expõe aquilo a que chama «um dilema interessante» para Portugal: «Apostar na unidade de uma língua propulsionada a partir do Brasil ou preservar a sua autonomia e especificidade num quadro de desintegração do sistema linguístico?».

Marcos Bagno só poderá concordar com isso, ele que exige o reconhecimento de que o português brasileiro é, já hoje, «uma língua plena, e não uma "modalidade" ou "variedade" de uma língua chamada genericamente *português*» (págs. 201-202). Trata-se, assim declara, de «uma língua diferente do português europeu, com o qual tem fortes laços de parentesco, mas do qual se afastou, tanto em suas variedades mais urbanas quanto em suas variedades "populares" e estigmatizadas» (pág. 247). Pondera o autor que «somente a ideologia nostálgica da colonização e de depreciação do que é propriamente brasileiro explica a subserviência da nossa tradição

gramatical e filológica» (pág. 316) ao português europeu, e a manutenção de que «o ideal de correção está sempre do outro lado do mundo» (pág. 383). E, porque assim é, «Portugal não pode ser o parâmetro contra o qual devemos medir a nossa língua. Portugal não dita os destinos da nossa língua, que é total e exclusivamente nossa, dos brasileiros» (pág. 111).

Certo. E, contudo, o papel daquela «língua de um outro povo» (pág. 764) não é totalmente claro. O português europeu é, ao longo da obra inteira, o interlocutor ausente, demasiado ausente. O risco é o de sugerir-se como exclusivo do português brasileiro tudo quanto circunstanciadamente se expõe, já para além daquilo que explicitamente assim se declara. Alguns esparsos exemplos disso.

Também o português europeu conhece um «alçamento das pretônicas [e] e [o]», sendo este segundo caso sistemático ('bunitu', 'furtuna', 'durmir') (cf. págs. 318-219). Uma realização como «Você e a Sandra vieram no *seu* carro ou no *dela*?» (pág. 452) é europeu do mais autêntico, tal como os reforços do tipo «quando é que», «como é que», «onde é que» e semelhantes (cf. pág. 462). Os portugueses dizem, com naturalidade, «vou ir» (pág. 492), e implicar com isto, como se presume façam alguns lusomaníacos, também em Portugal roça o bizantinismo. «A gente vamos» (pág. 651) é sequência decerto combatida, o que não conseguiu bani-la dos usos espontâneos. Formas imperativas como «*Saiamos* da varanda e *passemos* à sala de jantar» (pág. 569) seriam também em Portugal ridículas, tal como o seria «uma janela *todo* aberta» (pág. 675). A mesóclise em discurso directo, como «falar-te hei, falar-te ia» [sic] (pág. 742), é igualmente possidónia, e só aparece em maus diálogos.

Sobre o pronome *cujo*, lemos em Bagno: «O desaparecimento de *cujo* na língua corrente não se restringe ao PB: é um fenómeno amplamente documentado também em espanhol e em francês» (pág. 903). Ora, jamais algum falante português recorre a tal pronome, fora de pomposos discursos.

Apetece dizer que o nosso gramático, também ele, tende a encarar o português europeu como «pedante», sugerindo que o formalismo é aí moeda corrente, assim interiorizando a visão desinformada, ou tendenciosa, do purismo brasileiro. Um e outros alimentam para o português europeu uma caricatura útil.

Em suma: se é certo que asserções como «em nossa língua» ou «hoje usamos» são entendíveis como

definidoras de uma norma brasileira, já em bom número de passagens se torna difícil decidir se as etiquetas «português brasileiro» e «português» devem opor-se, ou não, à variedade europeia. Pergunta-se o leitor, perplexo, sobre quem seja o verdadeiro interlocutor desta gramática: é o português europeu? são «os agentes do purismo linguístico no Brasil»? são um e os outros conjuntamente?

Uma abordagem sistematicamente contrastiva poderia ser, assim, opção mais vantajosa, ao cotejar padrões de expressão espontânea cuidada, tanto falada como escrita, e explorando alguns outros domínios gramaticalmente irreduzíveis.

Sirvam de exemplo a impossibilidade europeia de sintaxes como «Onde ele mora?» ou «O jornal ela comprou», a impossibilidade da inserção de elementos entre o verbo e o clítico («Vou-te mostrar», e nunca «Vou agora te mostrar»), a ausência de negações de tipo «Sei não», a inexistência de dois sinónimos do advérbio *como* correntes no Brasil («gente *feito* elas», «um viúvo *que nem eu*»), a limitação do possessivo sem artigo a sequências formalizadas («para teu bem», «em nosso nome», e nunca «seu endereço», «nossa cidade»), a distinção gráfica, e sónica, das formas de 'nós' no presente da primeira conjugação («*Pagámos* de manhã e *pagamos* esta noite»).

Também as regências verbais acusam uma notória deriva. Onde o português europeu conserva sem problema a preposição *a* (que sonoramente distingue de *à*), o brasileiro escolhe crescentemente outra preposição, com isso diminuindo as ocorrências da problemática crase. E assim diz achar graça *de*, acostumar-se *com*, brincar *de*, esquivar-se *de* (+ verbo), marcar *de* (+ cor), e ainda bater *na* porta, fechar *com a* chave, fugir *do* assunto, matar *de* fome. Muito conhecidas são as regências contar *para*, perguntar *para*, prometer *para*, pedir *para*, dar *para*, recomendar *para* e semelhantes. Assim se explicam também as preferências por *de* tarde, *de* noite, *na* frente, um abraço *em*, um beijo *em*.

Tudo isso, e bastante mais, fornece suplementar demonstração de quanto a língua portuguesa se distribui actualmente por duas gramáticas alternativas. Entre português brasileiro e português europeu, formou-se, já, uma forma atenuada de tradução.

Na realidade, existe uma *memória linguística* brasileira que não é a dos portugueses, e as duas têm cada vez menos a contar-se uma à outra.

6. Últimas anotações

Marcos Bagno e outros colegas brasileiros vêm combatendo uma teima tão persistente quanto estulta: a recusa da realidade do idioma. Essa recusa inspira intervenções voluntaristas, birra habitual de amadores. Mas ela não é de hoje, nem recente.

Em 1710, o bacharel José de Macedo (sob o pseudônimo de António Melo da Fonseca) fez publicar um *Antídoto da língua portuguesa*. Nele, e ao longo de 416 páginas, expõe os motivos por que o português deverá eliminar o ditongo *ão*, substituindo-o por sequências mais sonoras e mais latinas, como *sermone*, *ladrone*, *coraçano*, *lentitude*. É certo que, já então, ninguém morria de amores pelo pouco eufônico ditongo, e era também verdade que a sua proliferação, ocorrida nos séculos XV e XVI, ficara a dever-se a um equívoco morfológico, que uniformizou em *-ão* os produtos de três terminações latinas: *-ane*, *-anu*, *-one*. Mas isso o bacharel não podia sequer suspeitá-lo.

Algum tempo depois, em 1759, outro espírito inquieto propõe uma limpeza drástica do léxico e da fraseologia. Trata-se de Manuel José de Paiva, autor de umas *Enfermidades da língua*. Largas centenas de vocábulos e construções são, aí, propostos para eliminação. Assim, na letra A, são atingidos vários antiquados (*andaço*, *atreito*, *avoengos*, *à fiúza*), mas igualmente, e em maioria, simples termos familiares (*achegas*, *afeito*, *alquebrado*, *atinar*, *atrapalhar*, *aviventar*, *a torto e a direito*). De caminho, o léxico, e os utentes, poderiam desembaraçar-se de realidades incômodas (*acinte*, *algazarra*, *amargurado*, *arrufos*, *asneira*, *aturdir*). Hoje, essa extensa obra, que não deu brado, é um precioso documento em matéria de datações.

Actualmente, o higienismo linguístico toma, decerto, formas mais sofisticadas. Mas alimenta-se do mesmo ingénuo voluntarismo.

«Os falantes são os melhores gramáticos que existem» (pág. 732). Esta convicção, exprime-a Marcos Bagno repetidamente. Certa sintaxe «revela o alto poder de processamento da língua pelo falante comum» (pág. 729). «Basta deixar fluir livremente a gramática intuitiva de todos nós» (pág. 764).

Extensa, e por vezes fascinante, é a análise de dois motores de mudança que, eficazmente, vão remodelando a face do idioma. Um é a *gramaticalização*, processo que transforma léxico em gramática (*conforme* faz-se advérbio, *visto* torna-se preposição, *feito* acaba conjunção

comparativa). O outro motor é a *hipercorreção*, o «acertar demais», uma intervenção do utente inseguro, ansioso de um desempenho impecável (que de *pantano* fez *pântano*, de *impido* fez *impeço*, que alargou o âmbito dos participios passados irregulares).

Terá sido para «deixar fluir a gramática intuitiva» que o autor, ele próprio, disseminou pela obra afloramentos da *fala* real brasileira: «Disso a gente vai se ocupar no próximo capítulo» (pág. 146), «As orações que o verbo delas rege sintagmas proposicionais...» (pág. 168), «conhecem esses pronomes – e mesmo assim usam eles muito raramente» (pág. 195), «quando a gente for analisar as mudanças ocorridas no PB e que transformaram ele numa língua diferente» (pág. 208), «o termo *colóquio*, em todas as definições que os dicionário dão a ele» (pág. 351), «Não bastando tudo isso, ainda tem mais» (pág. 568), «Por ora, não dá para mim antecipar nada» (pág. 733), «Me parece claro, portanto, que a flexão do verbo...» (pág. 810), «não há por que imitarmos eles» (pág. 969).

Contudo, se atentarmos na globalidade do texto, temos de constatar que um autor português redigiria uns 98% da materialidade desta *Gramática Pedagógica*. O que Bagno demonstra sim, eloquentemente, é que existem no Brasil níveis de expressão consistentes, e por isso legítimos, já tão afastados do padrão forjado em Lisboa, aquele em que ele habitualmente se exprime, que anunciam a emergência de uma *língua* nova, e isso graças ao mecanismo, também excelentemente exposto, da ascensão, rumo ao «padrão culto», das inovações linguísticas da classe média baixa.

Ter sido Lisboa a forjar uma norma agora em recomposição num território ultramarino é tão-só um episódio na longa história do idioma. Mais decisivo é aquilo que se passou, bem antes, em território hoje galego. Certo: a origem *galega* do português é matéria, em si, historicamente inquestionável. Mas ela está longe da geral adesão nos meios linguísticos brasileiros e portugueses, onde continua canónica, como leitura prestigiosa da História, uma descendência directa do latim, substanciada no *galego-português*. Só que este é, e foi sempre, um conceito intrinsecamente anacrónico. Todas as marcas distintivas daquele idioma noroestino estavam definidas, e activas, séculos antes de uma entidade 'Portugal' se destacar no conjunto da Galécia.

Marcos Bagno é o primeiro gramático do português que explicitamente incorpora o galego, antigo e moderno, na sua visão do idioma. O capítulo histórico

«Do galego ao brasileiro» ensina que «primeiro nasceu o galego e do galego nasceu o português» (pág. 202). A situação actual é a de um quase planetário «grupo portugalego» que somaria nada menos que 34 línguas (cf. págs. 209-212). Esta perspectiva foi por Bagno igualmente exposta num artigo na revista *Grial*, em 2011, e num capítulo do volume colectivo *O português no século XXI* (2013).

Eis um cenário atraente, e esclarecedor de alguns recantos mais sombrios na economia do idioma. Mas, na pena de Bagno, passa-se por alto o contributo, não talvez desprezível, de séculos de português europeu na constituição quer da versão 'cultura' quer da 'popular' do idioma. Na gestação de um português brasileiro, a norma europeia pode, decerto, considerar-se um estádio hoje superado. Mas importa não confundi-la com a graciosa paródia que dela fez Mário de Andrade na «Carta pràs Icamíabas» do Imperador Macunaíma. Há para isso uma razão importante: conceber o português europeu como mera fase de transição entre o galego e o português brasileiro poderia comprometer o adequado entendimento das características da língua do Brasil.

É conhecido o escasso investimento cultural português nas suas colónias. O contraste com a Espanha, que fundou 16 universidades nas Américas antes de 1700, não podia ser maior. A exclusividade de Coimbra (apenas temporariamente desafiada por Évora) foi durante séculos uma fixação nacional. Só em 1962 surgiram, em Angola e em Moçambique, as primeiras universidades fora da Metrópole.

Ao Brasil não foi reconhecida nenhuma relevância cultural. Ainda por 1860 um intelectual português podia amesquinhar outro lembrando-lhe ser ele «famoso no Brasil». E não é por acaso que a importante (e, em si, exemplar) Reforma Ortográfica de 1911 foi feita à revelia dos especialistas brasileiros.

Pode, pois, dizer-se que, em matéria linguística, Portugal abandonou o Brasil à sua sorte. Isto não foi necessariamente uma tragédia. O idioma pôde desenvolver-se 'sem pecado', numa inocência de paraíso. No cômputo final, esse distanciamento português talvez pudesse encarar-se como digno de apreço.

Bibliografia

Bagno, Marcos (2011). *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

Bagno, Marcos (2011). «O português não procede do latim. Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego». *Grial*, nº 191, págs. 34-39.

Bagno, Marcos (2013). «Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas», in Luiz Paulo da Moita Lopes (org.), *O português no século XXI. Cenário político e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial.

Castro, Ivo (2007). «Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa», conferência. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.

Ciberdúvidas da Língua portuguesa (portal).
<http://www.ciberduvidas.com>

Guégués, Helder. *Linguagista* (blogue).
<http://linguagista.blogs.sapo.pt>

Lucas, Isabel (2015). «Portugal e Brasil: orgulho e preconceito entre duas literaturas». *Público*, 3 de Abril.

Mateus, Maria Helena Mira & Esperança Cardeira (2007). *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.

Nascentes, Antenor (1949). «Diga sua dúvida». *A Manhã*. 6 de Março.

Peres, João Andrade (1996). «Convenções e desvios na língua portuguesa». *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 16, págs. 9-16.

Peres, João Andrade & Telmo Mória (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho (2ª ed. 2003).

Priberam (portal).
<http://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas.aspx>

Rodrigues, José Maria (1933). *As frases do tipo 'Tenho dó de si', 'Vou consigo': a sua origem e legitimidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.